



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**DESVALORIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE PERIFERIA**

**FLORECENA DE MELO OLIVEIRA NOGUEIRA**

**Belo Horizonte  
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**DESVALORIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE PERIFERIA**

**Trabalho apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar vinculado ao Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica.**

**Profª Orientadora Ma. Sandra Maria Glória da Silva.**

**Belo Horizonte  
2015**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

FLORECENA DE MELO OLIVEIRA NOGUEIRA

DESVALORIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE PERIFERIA

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em **01/08/2015**, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar vinculado ao Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, aprovado pela Banca Examinadora constituída pelos (as) seguintes professores (as):

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Sandra Maria Glória da Silva - Orientadora  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

Prof.<sup>o</sup> Charles Moreira Cunha  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
Belo Horizonte, **01 de** agosto, de 2015.

Dedico este trabalho a minha família, em especial ao meu marido que muito me ajudou e me incentivou durante todo o curso. Sem a compreensão de minha família nada seria possível.

Agradeço a Deus pela vida que tenho e à professora D.  
Sandra pela ajuda e incentivo durante todo o curso.

O futuro pertence aqueles que acreditam na beleza de seus sonhos.

Paulo Freire

## RESUMO

Este trabalho é o resultado de um estudo e reflexões sobre a desvalorização da escola pública na periferia. O interesse pelo tema de desvalorização da escola pública de periferia surgiu em vista de problemas constatados pela gestão no cotidiano da escola. O desenvolvimento cognitivo do aluno pode ser prejudicado por interferência de problemas trazidos para a sala de aula. O texto pretende analisar o contexto da Escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim, na cidade de Cláudio, estado de Minas Gerais, que é uma escola de periferia e vem enfrentando reflexos de sua desvalorização. Averiguando que essa desvalorização da escola de periferia afeta as decisões da escola, o estudo tem o objetivo principal de identificar os problemas que vêm ocorrendo e suas consequências no processo educativo. A análise está articulada ao Projeto Político Pedagógico (PPP), que leva em conta o meio em que se inserem as crianças, as finalidades da escola e a liderança do gestor para a tomada de decisões. A desvalorização tem levado famílias a procurarem outras escolas, no centro ou em outros bairros, com prejuízo para a escola e a comunidade. Partindo do estudo bibliográfico de autores como Barreto (2005), Dourado (2009), Ferreira (2005), Gandin (2001), Gracindo (2005), Libâneo (2001), Saviani (1986, 2011), Oliveira (2005), Paro (1997, 2007, 2015) sobre a democratização da escola pública, a gestão democrática e a qualidade de ensino na escola pública, abre-se uma discussão sobre o envolvimento dos profissionais e a participação da comunidade, para enfrentar o desafio da mudança. Percebe-se a necessidade de colocar em funcionamento o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, para garantir uma escola pública de qualidade e superar os problemas que levam à desvalorização. A partir do estudo e análise dos problemas constata-se possibilidades e iniciativas para superação, desde que ocorra a participação da comunidade e o envolvimento da equipe pedagógica.

**Palavras-chave:** Gestão democrática. Participação da comunidade. Envolvimento da equipe pedagógica.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. O REFLEXO DA DESVALORIZAÇÃO DE UMA ESCOLA DE PERIFERIA .....	12
2.1. A escola pública de qualidade.....	13
2.2. A Escola Democrática.....	15
2.3. O Projeto Político Pedagógico.....	20
2.4. A desvalorização da escola na periferia.....	21
2.5. O problema da desvalorização da escola Madre dos Anjos Amorim.....	23
2.6. A superação.....	24
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	28



## INTRODUÇÃO

Ao finalizar o curso escola de gestores da educação básica da UFMG, depois de reflexões e debates dentro do Projeto Político Pedagógico elaborado para orientação dos trabalhos, a questão enfrentada pela escola Madre dos Anjos Amorim pela sua desvalorização por ser uma escola de periferia, passa a ser abordada com embasamento teórico para esclarecer as causas e buscar soluções que possam significar melhorias para o ambiente, a gestão escolar e o sucesso do Projeto Político Pedagógico da referida escola.

A instituição escolar a que se refere o presente texto é a Escola Municipal Madre dos Anjos Amorim que conta com uma equipe administrativa e pedagógica, corpo docente e demais funcionários que trabalham para transmitir conhecimento, entusiasmo e interesse pelo ensino as crianças buscando também uma conexão com a afetividade e auto-estima dos educandos, com o trabalho pautado na ética e bem comum. A escola funciona em um bairro da periferia da cidade de Cláudio, Minas Gerais, em prédio próprio, à Rua Francisco Martins de Amorim, nº 35, no Conjunto Habitacional Santa Maria. Conta com aproximadamente seiscentos alunos, sendo seis salas de Educação Infantil, quatorze salas de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e quatro salas de Projeto Educacional em Tempo Integral (PROETI). A escola conta com a assistência pedagógica nos dois turnos, três secretárias, vinte e quatro professores, dois professores eventuais, dois professores de biblioteca, uma professora recuperadora, uma professora de sala de recursos, um professor de música, dois professores de educação física, dez ajudantes de serviços gerais, uma diretora e uma vice-diretora. (Projeto Político Pedagógico: Mudanças Inovadoras, BH. 2014)

O Projeto Político Pedagógico da escola, como construção coletiva e participativa, apresenta uma proposta em longo prazo com exigências e anseios da comunidade para que se busquem possíveis soluções dos problemas. Com a filosofia pautada na proposta sócio-construtivista, o meio em que as crianças estão inseridas é sempre levado em conta, principalmente por situar-se em um bairro de periferia com bastantes problemas sociais.

Por esta realidade de tantos problemas do meio, a escola vem sendo preterida por alguns membros da comunidade que justificam não querer que seus filhos convivam com outras crianças alegando possíveis problemas, chegando a transferir ou matricular os filhos em escolas do centro da cidade, enfrentando questões de transporte e outros, tirando das crianças a oportunidade de frequentar a escola do bairro com educação de qualidade e referência para os moradores do mesmo. No processo de aprendizagem, com o pessoal altamente qualificado, existe a interação com o meio ambiente, as pessoas e toda a comunidade, podendo haver a superação dos problemas sociais para que não interfiram no processo pedagógico.

Ao tratar o problema da marginalização da escola pelo fato de ser uma escola de periferia, já na fase de implementação do Projeto Político Pedagógico, ficou bem claro o fato das famílias terceirizarem a educação de seus filhos e os problemas familiares. O presente trabalho tratará de problemas que as famílias colocam nas costas da escola, como: familiares envolvidos com drogas, alcoolismo, maus tratos, abusos sexuais, dificuldades financeiras (pobreza) e outros. Alguns pais querem tirar seus filhos da escola “Madre dos Anjos”, para não se envolverem nessas situações. Esta problemática influencia o trabalho pedagógico, que pode ficar prejudicado. Ao serem despejados numa sala de aula, alguns problemas podem influenciar sobre o desenvolvimento cognitivo dos alunos. É fácil constatar os diversos tipos de clientela que a escola de periferia vem recebendo, pois muitos operários são forasteiros na cidade, ou é uma população ambulante, que está sempre de mudança. Ao lado de famílias constituídas bem estruturadas, juntam-se famílias desestruturadas e em condições financeiras comprometidas, que chegam à cidade em busca de trabalho. É de grande urgência e importância avaliar bem este problema e unir ajudas em busca de solução, para que o Projeto Político Pedagógico da escola possa realmente apresentar mudanças inovadoras, para que a construção da aprendizagem aconteça num ambiente escolar democrático e também para que as questões sociais consigam ser corrigidas e solucionadas para que o sucesso pedagógico possa acontecer. De acordo com Gandin (2001), "uma educação existe sempre para algo, não existe em si mesma, mas está relacionada a uma concepção de sociedade, à construção de uma sociedade". (GANDIN, 2011, p. 54). Definida a problemática das famílias que leva à desvalorização da escola levanta-se a hipótese

de agilizar o Projeto Político Pedagógico da escola incentivando e conscientizando a comunidade para que participe da melhoria da escola, que a equipe pedagógica interfira para que todos sintam segurança ao matricular seus filhos.

Levando em conta que o Projeto Político Pedagógico visa principalmente a qualidade da educação na escola e os princípios democráticos de participação, o objetivo maior é vencer a marginalização que vem sendo imposta à escola municipal “Madre dos Anjos”. A partir da análise de conceitos importantes para a educação e a escola de hoje, identificar como o problema vem ocorrendo e o que poderá ser feito para tratar corretamente e reverter o problema sem se desvincular da finalidade principal da instituição escolar que é promover uma educação inovadora para acompanhar a evolução do mundo.

Outros objetivos para esse estudo devem ser o de conhecer e analisar os principais problemas que as famílias têm trazido para a comunidade escolar. Caracterizar esses problemas e como eles estão influenciando nos trabalhos pedagógicos da escola e interferindo nas estruturas escolares. Analisar as causas da desvalorização da escola de periferia para reverter o problema da rejeição pelos pais de alunos pertencentes à comunidade na qual a escola está inserida. Analisar a participação dos trabalhadores da escola, dos conselhos escolares e de outros segmentos da sociedade que possam contribuir para minimizar o problema. Compreender a importância de soluções para o problema, encarando todas as questões relativas à educação dentro do Projeto Político Pedagógico e da educação em sua concepção global.

## **1. O REFLEXO DA DESVALORIZAÇÃO DE UMA ESCOLA DE PERIFERIA**

Para se chegar à constatação de um tema tão importante para a continuidade do processo de aprendizagem com qualidade de educação e um Projeto Político Pedagógico funcional na escola requer-se um estudo aprofundado sobre a escola pública, o que é seu significado e sua importância. É preciso esclarecer bem a que tipo de escola pública se refere o presente trabalho. É preciso lançar mão de alguns trabalhos teóricos sobre formação do educador, sobre a escola e a gestão democrática, alguns retratos de escolas públicas e sobre escolas de periferia.

Para tratar o problema da desvalorização de uma escola de periferia, e incluir os problemas detectados na Escola Municipal Madre dos Anjos Amorim o ponto de partida é a escola pública de qualidade e a gestão democrática da escola. Autores como Paro (1997), Gracindo (2005), Dourado (2009), fornecem subsídios para uma reflexão sobre aspectos importantes da escola pública, da escola democrática, da gestão escolar e da participação popular.

A participação consciente da família e da comunidade na escola é fundamental para a sociedade, visto que a democratização da escola exerce influência na sociedade, e se não há democracia na sociedade, não há gestão democrática na escola. Segundo Paro (2015), a democratização da gestão na escola básica não se limita com as obrigações do estado, mas deve envolver quem atua no seu interior e a comunidade em geral, de acordo com os interesses da sociedade.

Apresentar uma reflexão sobre os temas torna-se imprescindível para abordar os problemas e analisar os mesmos com fundamentação teórica na busca de superação.

## 2.1. – A escola pública de qualidade

Uma escola voltada para uma gestão democrática precisa se organizar, cumprir os propósitos estabelecidos por todos que dela fazem parte, levar em conta questões e valores sociais políticos e culturais existentes na diversidade do meio. Fatores imprescindíveis para a qualidade e eficiência do ensino, os mecanismos de intervenção e participação coletiva devem ser criados na escola, para que ela exerça uma prática realmente democrática.

Se quisermos caminhar para essa democratização, precisamos superar a atual situação que faz a democracia depender de concessões e criar mecanismos que construam um processo inerentemente democrático na escola. [...] Não basta, entretanto a necessidade de participação da população na escola. É preciso verificar que condições essa participação pode tornar-se realidade. (PARO, 2005, p. 19-40).

Na sociedade capitalista, a minoria que detém o poder econômico estabelece as condições de acesso aos meios necessários à existência. Os objetivos de uma empresa capitalista são o lucro e a dominação, o que demonstra sua eficiência. Os objetivos da educação são diferentes, articula-se com valores universais, para buscar a liberdade e a humanização do homem. Portanto, a finalidade da escola pública deve ser a democratização, que só acontece na prática. Segundo Paro (2001), a democracia acontece na escola pelos atos e relações que acontecem na realidade. É importante considerar essa finalidade democrática para que a escola não caia na dominação, pelos procedimentos administrativos impostos pela lógica empresarial capitalista. Os diretores precisam estar atentos e não se conformar com as migalhas de poder. O responsável pela escola, o diretor, precisa rever seu papel na escola pública de 1º e 2º graus, pois ele se encontra perdido em meio a tantas tarefas burocráticas que nada tem a ver com a busca de objetivos pedagógicos.

O que o cargo tem valido a muitos diretores são preocupações, dores de cabeça, úlceras duodenais, tensões nervosas e quase nada de realização pessoal, quando percebem sua impotência para realizar, na escola, os objetivos de democracia e divulgação do saber com os quais porventura sonharam e que esperavam concretizar com sua posição de comando na instituição escolar. Por isso, uma real consciência crítica da situação por parte dos diretores deveria fazê-los rebelar-se contra essa migalha de poder, lutando por um efetivo poder para a escola, que seja aí distribuído entre todos os seus agentes e usuários. (PARO, 2001, p. 82).

Considerando as ideias de Paro (1999), o diretor deve ser um colaborador, que cumpra compromissos e responsabilidades, mas que não seja atrelado simplesmente ao poder. O conselho escolar, que representa a comunidade só poderá realmente participar do funcionamento da escola, se o diretor (gestor) conseguir realizar um trabalho que favoreça a democratização da escola. Nessa direção, Paro (1999), assinala que toda instituição social carece de processos administrativos e a administração, em sua forma geral, refere-se à utilização racional dos recursos para obtenção de fins determinados. A definição desses fins é o mais fundamental nos projetos e não apenas a definição de algumas ações desvinculadas de um projeto maior da escola. O papel dos educadores seja professor ou diretor é um papel imprescindível na escola.

Gracindo (2005) destaca em seus trabalhos que a democratização da educação reflete a qualidade nessa educação quando se garante o acesso e a permanência de todos no processo educativo. “O acesso é, certamente, a porta inicial para o processo de democratização, mas torna-se necessário também garantir que todos que ingressam na escola tenham condições para nela permanecerem, com sucesso”. (GRACINDO, 2005, p.16).

Não basta então ser uma escola pública democrática, mas é também muito importante que se ressalte como um desafio complexo, a qualidade da educação nessa escola. Segundo Dourado (2009), no Brasil a oferta de escolarização se efetiva nas três esferas (União, estados e municípios) e o processo de construção de qualidade da educação vem se efetivando por meio da descentralização e desconcentração das ações educativas. Com um quadro complexo como é o Brasil, cujo cenário é fortemente marcado por desigualdades regionais, estaduais, municipais e locais, para se estabelecer parâmetros de qualidade sobressai a questão de como assegurar a educação de qualidade para todos.

O autor considera que a educação de qualidade no Brasil, com toda a complexidade referida, envolve múltiplas dimensões, não só das variedades e quantidades mínimas dos insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, como com as pessoas envolvidas, a dinâmica pedagógica, os

currículos, as expectativas de aprendizagem, e também os recursos destinados à educação, a colaboração dos entes federados (união, estado, município), articulação de políticas e programas e a gestão democrática. Ainda uma dimensão extra-escolar que engloba a condição socioeconômica dos entes envolvidos, a necessidade de políticas públicas e projetos escolares para enfrentar questões como fome, drogas, violência, sexualidade, família, raça, etnias, acesso à cultura, saúde. É necessário um plano para a escola, uma organização adequada, perspectivas e desafios, um plano para o professor, para sua formação, profissionalização e ação pedagógica, um plano para o aluno, para seu acesso, permanência e desempenho escolar.

Em resumo, os estudos de Dourado (2009) consideram o desafio em prol de movimentos da qualidade de educação em alguns aspectos fundamentais: - uma política educacional de escola de qualidade para todos; - consideração da dimensão socioeconômico e cultural; - condições para ofertas de cursos de qualidade; - promoção e atualização histórico-cultural (formação sólida, crítica, ética e solidariedade); - ações concretas; - relações nas escolas (alunos X professor X funcionários); - estrutura da escola e ambiente educativo; - processos de organização e gestão; - política de formação inicial e continuada e estruturação de planos de carreiras profissionais; e satisfação e engajamento da comunidade. Uma educação de qualidade vai exigir uma sociedade de qualidade.

Compreende-se então a qualidade com base em uma perspectiva polissêmica, em que a concepção de mundo, de sociedade e de educação evidencia e define os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis de um processo educativo de qualidade social. (DOURADO, 2009,p. 202).

## **2.2 – A Escola Democrática**

Uma gestão democrática conta com a participação da sociedade e os gestores de escola, com suas ideias e práticas educacionais podem tomar uma posição diante dos problemas para participar das mudanças que precisam acontecer e vão se desenrolando diante dele. Para que o gestor saia em defesa da escola pública é preciso que ele seja um elaborador de uma prática educacional democrática. Saviani

(2011), considera o professor e os demais educadores como os responsáveis pela implementação de projetos de mudança na sociedade, a eles dirigindo sua obra: “ Foi, pois, pensando nos professores que escrevi este livro.” (SAVIANI, prefácio à 2ª edição, XVIII, 2008).

Demerval Saviani (2011) aponta o trabalho do professor numa relação com o compromisso político de promover a socialização do saber e em seu livro História das ideias pedagógicas no Brasil, além de mostrar aos professores como as ideias pedagógicas foram se formulando nos determinados períodos no país ele expõe toda a trajetória dessas ideias pedagógicas. Começando pelo período representado pelos jesuítas em 1549, somente com uma pedagogia tradicional, depois pelas correntes religiosas e leigas, ainda prevalece a pedagogia tradicional. Somente pelos anos de 1930 predomina a pedagogia nova e no final da década de 60 aparece a pedagogia crítico-reprodutivista. A evolução do pensamento pedagógico brasileiro é mostrada por ele para que se compreenda a identificação das principais concepções educacionais que trouxeram alguma herança até nós. A escola que temos hoje tem sua origem nesses caminhos pedagógicos trilhados até aqui, que são muito importantes por fazer parte de uma história construída por educadores, professores e alunos nos diversos tempos.

Saviani (2011), no final do livro expressa otimismo e esperança para os professores:

Não obstante, mantiveram-se análises críticas e focos de resistência à orientação dominante na política educacional, que tendem a se fortalecer, neste novo século, à medida que os problemas se agravam e as contradições se aprofundam, evidenciando a necessidade de mudanças sociais mais profundas. Nesse contexto, seria bem-vinda a reorganização do movimento dos educadores que permitisse, a par do aprofundamento da análise da situação, arregimentar forças para uma grande mobilização nacional capaz de traduzir em propostas concretas a defesa de uma educação pública de qualidade acessível a toda a população brasileira. (SAVIANI, 2011, p.449).



Saviani (2011) considera ainda a prática educativa como expressão de uma forma concreta de trabalho e demonstra que as ideias educacionais não são em si mesmas ideias pedagógicas, mas que elas se encarnam no movimento real da educação e aí sim, orientam e constituem a própria substância da prática educativa. Pode-se afirmar que a escola pública representa muito bem essa prática educativa a que ele se refere. Conhecendo bem a escola pública, as ideias pedagógicas proporcionam um momento em que a democratização vai começar a acontecer. As propostas concretas vão ajudando na democratização das escolas públicas.

Libâneo (2001) ressalta a importância da escola pública, que nos últimos anos vem despertando interesse e que é de grande importância para as classes populares. Tem se falado muito nessa democratização da escola, mas os próprios órgãos oficiais que a proclamam tanto, não buscam oferecer condições para a sua concretização. Condições de trabalho ao professor, falta de materiais e outros são empecilhos para que a escola seja democrática e de qualidade para crianças, por exemplo, da classe trabalhadora. Muitos educadores também criticam a falta da democratização na escola, mas estão presos ao âmbito do sistema escolar quando suas lutas se reduzem a eleição para diretor, conselhos da escola, participação dos pais. O conhecimento mesmo está ficando esquecido ou colocado de lado, e não está sendo democratizado.

A respeito da democratização da escola pública, Libâneo (2001) assim se expressa:

A democratização da escola pública, portanto, deve ser entendida aqui, como ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimoramento da prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares, contribuindo, ao mesmo tempo, para responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas (melhoria de vida) e à sua inserção num projeto coletivo de mudança de sociedade. Para tanto, é imperioso buscar uma pedagogia e uma didática que, partindo da compreensão da educação na prática social, histórica e concreta, ajudem os profissionais no trabalho docente com as classes populares. (LIBANEO, 2001, p.12).

A proposta de José Carlos Libâneo (2001), em sua teoria da pedagogia crítico-social dos conteúdos é lançar luz no senso comum do cotidiano do professor. Ele enfatiza a importância do trabalho docente na escola que requer esforço para unir a teoria e pesquisa na prática educativa a tal modo que ela se torne crítica a todas as necessidades das classes populares para uma educação democrática. Segundo ele, a escola democrática é um lugar de interações sociais que possibilitam a todos os alunos chances iguais de escolarização formal, aprendizagem real e desenvolvimento cognitivo. Esta é a melhor contribuição social do sistema de ensino para a redução de desigualdades sociais, para o que a democratização das relações seja um meio. Esse entendimento supõe, sim, que a escola instaure modos de convivência emancipadores, participativos, solidários, isto é, outro modo de convivência humana.

Ao tratar a questão da marginalidade, Saviani (1986), em *Escola e Democracia*, propõe também que as classes populares dominem os conteúdos culturais, para se libertarem da dominação:

Nesse sentido, eu posso ser profundamente político na minha ação pedagógica, mesmo sem falar diretamente de política, porque, mesmo veiculando a própria cultura burguesa, e instrumentalizando os elementos das camadas populares, no sentido da assimilação desses conteúdos, eles ganham condições de fazer valer os seus interesses, e é nesse sentido, então, que politicamente se fortalecem. (SAVIANI, 1986, p.61).

A escola pública vem se democratizando aos poucos com a formação continuada de seus educadores, com a gestão mais participativa e com uma prática educativa mais consciente. A escola pública é muito importante porque, mesmo com tantas limitações ela ainda representa o local onde famílias da classe trabalhadora têm acesso ao conhecimento historicamente sistematizado, quando não tem condições para frequentar uma escola particular, que não cabe no orçamento financeiro. Além de que, atualmente, os governantes têm se preocupado mais com os níveis e indicadores de aprovação, do que com uma aprendizagem eficaz ou uma educação que atinja a todos os alunos sejam com menor condição financeira ou não. A escola

pública a que se refere o presente estudo é a escola mantida pelo governo nas esferas administrativas, nos níveis fundamentais e médios e não aqueles institutos federais ou escolas federais gratuitas que não são acessíveis a todos. Alunos de situação financeira mais baixa, especialmente os que estão frequentando escolas de periferias muitas vezes só tem acesso à cultura, educação e conhecimentos nessas escolas. Nessa escola pública, a prática pedagógica desenvolvida tem favorecido a participação de todos os segmentos na escola? A escola tem se organizado para valorizar a diversidade social, cultural e étnico-racial? Na proposta político-pedagógica está sendo dada atenção à escolarização e ao combate às desigualdades educacionais? Desenvolve projetos voltados para segmentos da população vítima de discriminação e violência? São questões a serem discutidas, em se tratando de escola pública.

Paro (2007) defende a ideia de que não existe a escola verdadeiramente pública no Brasil, apenas um sistema estatal de ensino, mantido precariamente pelo Estado. E que são os educadores e a comunidade que unidos, podem conquistar um ensino público de qualidade. A atitude consciente da classe trabalhadora de querer participar da gestão democrática da escola pública pode devolver a autonomia à escola, mudando a realidade do controle burocrático do Estado, podendo mesmo melhorar a qualidade no ensino a seus alunos.

Considero uma providência dessa natureza de fundamental importância na medida em que rompe com a ideia de que os problemas escolares podem ser resolvidos nos estritos limites da escola, e procura, ao mesmo tempo, propiciar condições de participação concretas das camadas trabalhadoras no sentido de que aceita a necessidade, da participação efetiva dos trabalhadores nas decisões que dizem respeito a educação de seus filhos e buscam-se os mecanismos necessários a distribuição da autoridade no interior da escola. (PARO, 2007, p. 14).

Paro (2001) considera a união dos trabalhadores da escola, diretores e professores em gestão colegiada, em torno de uma única vontade, capaz de exigir as transformações na escola. “Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí”. (PARO, 2001, p.10). A transformação pode se

realizar pela mobilização da comunidade escolar, quando as camadas trabalhadoras se apropriarem da escola, com a autoridade e distribuição do trabalho dentro da escola se transformarem.

Dos condicionamentos do autoritarismo na escola, os de ordem institucional estão, sem dúvida nenhuma, entre aqueles que mais dificultam o estabelecimento de relações democráticas e em consequência, a participação da comunidade na gestão escolar. (PARO, 2007,p. 34).

### **2.3. O Projeto Político Pedagógico**

Uma escola pública com gestão democrática utiliza como ferramenta o projeto político pedagógico. A autoria do Projeto Político Pedagógico deve ser da escola, do gestor, equipe pedagógica e comunidade escolar. Segundo Oliveira (2005) as necessidades, as vivências e os interesses da escola são formados na comunidade e podem representar o caráter democrático na escola e a qualidade na educação.

De modo geral, vale a pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. Isso não é pouco ante as práticas autoritárias em vigor na sociedade e em muitas escolas e pode ser muito mais duradouro e educativo do que supõem os defensores da implantação do chamado planejamento estratégico modelar e da qualidade total nas escolas brasileiras. (OLIVEIRA, 2005,p.33).

Se o Projeto Político Pedagógico é elaborado e implementado como um elemento de gestão escolar democrática há uma indicação do princípio democrático de participação, favorecendo a construção da democracia social na escola. Segundo Ferreira (2005) isto significa que a democracia não se limita à dimensão política,

mas que se expressa no desenvolvimento de cada ser humano, mesmo o que não tem condições. Significa o compromisso com os menos favorecidos, que têm dificuldades históricas e teóricas de acesso ao conhecimento, com as crianças que não tem nem o alimento. Pensa-se em políticas públicas quando se pensa em como intervir na realidade, através do ensino, procurando transformar essa realidade, torná-la mais humana, com todas as pessoas tendo acesso aos direitos de cidadania.

A escola Madre dos Anjos Amorim está inserida no contexto da escola pública brasileira de 1º grau, na cidade de Cláudio, interior de Minas Gerais, num bairro de periferia. O seu projeto político pedagógico é considerado o eixo central para a construção da qualidade na educação. A responsabilidade de uma instituição escolar é sempre muito complexa, devendo estar a serviço de toda comunidade escolar com muita competência e qualidade em suas ações. Deve-se buscar melhorar a qualidade de ensino obtido pelas crianças tendo como propósito ajudá-las a melhorar sua realidade atual e buscar transformá-la em prol de melhores condições de vida na sociedade. (Projeto Político Pedagógico, BH, 2014).

A agilização na aplicação do Projeto Político Pedagógico pode levar à superação do problema de marginalização da escola. O gestor pode utilizar reuniões administrativas e pedagógicas com professores e demais funcionários, expor claramente cada problema que surgir e buscar soluções adequadas a cada tipo de problema. Pode também organizar a participação de pais e comunidade para conscientizar sobre a importância da escola e juntos traçar planejamentos e estratégias de combate a questões que influenciam no crescimento da escola. Se necessário, criem-se projetos além do Projeto Político Pedagógico (PPP), para abordar diretamente o assunto.

## **2.4 – A desvalorização da escola na periferia**

Para compreender melhor o problema da desvalorização na escola de periferia, enfoca-se a origem e motivos dessa desvalorização que acontece na escola.

A educação é um direito humano fundamental que é assegurado desde 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos, entretanto sabe-se que ainda hoje este direito não atinge a todos igualmente. Na história da educação do Brasil identifica-se uma escola pública de ricos, depois surge uma escola pública de classe média e hoje se tem uma escola pública pobre para os pobres. A escola continua representando o resultado do processo de reprodução das desigualdades sociais e econômicas da sociedade capitalista.

Saviani (1986) coloca o problema da marginalidade inscrito no seio das relações de produção capitalista e se funda na expropriação que os capitalistas impõem aos trabalhadores.

Afirma-se que a desvalorização da educação pelas famílias de classes populares trabalhadoras tem origem na reprodução das desigualdades. A escola da periferia tem como alunos os filhos de classe trabalhadora e um ambiente familiar de pobreza. Essa escola é um lugar gerado pelos interesses da classe dominante. As crianças muitas vezes sofrem preconceitos e são consideradas “burras”, “preguiçosas”, “desinteressadas”, “indisciplinadas”, “agressivas”, “lentas”, “nervosas”.

Ainda segundo Saviani (1986), lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino de melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. Para que a educação seja realmente um direito de todos, a escola pública eficaz deve ser capaz de garantir a cada um de seus alunos independente das condições do grupo familiar, o direito de aprender.

Saviani (1986) ressalta que a escola deve se inserir no processo mais amplo de construção de uma nova sociedade abrindo espaço para as forças populares.

A desvalorização da escola “Madre dos Anjos”, por ser escola de periferia, não pode representar motivo para não oferecer um ensino de qualidade. É importante, portanto, conhecer a origem da desvalorização da escola de periferia e também os motivos porque acontecem.

## **2.5. O problema de desvalorização da escola Madre dos Anjos Amorim**

O Projeto Político Pedagógico da Escola Madre dos Anjos Amorim apresenta seus objetivos para serem alcançados com uma gestão democrática e participativa, todos os segmentos da instituição devem buscar possíveis soluções para o coletivo da escola. E considera que, no processo de discussão, debates e sugestões serão a garantia do sucesso ou fracasso escolar. Ao propor a construção do conhecimento a partir da própria vivência das crianças, o meio no qual as crianças estão inseridas é sempre levado em conta, principalmente por tratar-se de escola situada em um bairro de periferia com bastantes problemas sociais. As questões enfrentadas pela comunidade escolar podem interferir no processo educativo e tem interferido até mesmo no processo de aprendizagem de crianças. A situação mais preocupante é referente ao uso e tráfico de drogas, sendo normal que as crianças cheguem à escola perturbadas pelo fato de suas casas terem sido reviradas pela polícia e serem encontradas drogas dentro de casa. Em muitas famílias existe o pai preso, a mãe ou irmão por uso ou tráfico, é muito comum. Brigas envolvendo famílias, adultério assistidos pelas crianças e muitas outras mazelas compõem o cotidiano.

A própria comunidade passa a desvalorizar a escola, considerando que logo tomam conhecimento dos fatos acontecidos. As crianças são levadas para outras escolas, no centro da cidade, por exemplo, e lá chegando às crianças são até marginalizadas por serem provenientes da escola Madre dos Anjos Amorim, havendo casos em que pais querem afastar seus filhos, transferindo-os para outra escola, criando um efeito dominó. Ao serem levados a estudar no centro da cidade ou em outro bairro acarreta-se um custo financeiro, que um pai de classe trabalhadora não tem condições de arcar, chegando até sacrificar-se. É muito comum também que as crianças sejam “abandonadas” pelas famílias, que não apresentam uma estrutura familiar adequada. Elas trazem para a escola comportamentos e problemas que a escola não pode resolver. Recentemente, a escola Madre dos Anjos Amorim (que possui uma bela quadra de esportes) tem emprestado esta quadra para os treinamentos de times de futebol em horário que a escola não está funcionando, ou finais de semana. Jovens que não treinam futebol entram para a escola e estavam

fazendo uso de drogas no local, debaixo de árvores, provocando repúdio por parte de pessoas da comunidade. A cada dia aparecem problemas diferentes que precisam ser resolvidos ou levados à Secretaria Municipal de Educação. Enquanto isso, o processo educativo fica prejudicado. As demais escolas públicas municipais têm a tendência de rotular a escola de periferia, mesmo que ela tenha os mesmos recursos e se destaque em muitos setores. Porém, o que mais preocupa e interfere no trabalho pedagógico é a desvalorização da própria população do bairro.

A escola em que trabalhamos tem problemas e desafios de toda a natureza, desde os mais corriqueiros, como a falta de suprimento de material e de pessoal para o funcionamento das rotinas diárias, até a violência, que passou a integrar o seu cotidiano. Mas acredito que seu problema maior e seu maior desafio têm a ver com a função social que ela exerce que é a de assegurar a todos a permanência na escola com a aquisição de aprendizagens significativas, oportunidades de exercício da cidadania, desenvolvimento das potencialidades de cada um e com um preparo básico para o mundo do trabalho. (BARRETO, 2005, p. 42).

O gestor está sempre atento para acolher os problemas e buscar soluções, mas precisa contar com a participação da comunidade para superar a desvalorização que a escola sofre em consequência desses problemas.

## **2.6. A Superação**

Barreto (2005) insiste que a participação de professores, alunos, pais, mães, representantes de serviços públicos, comerciantes, associações locais, ONGs, instituições de ensino superior e outras entidades nas atividades da escola não complica a tarefa dos educadores. Ao contrário, pode ajudar no acesso e permanência, com sucesso, dos alunos na escola. Ajudam também a encontrar juntos as soluções que venham atender às necessidades mais diversas. Ela afirma ainda que se não se abre os portões da escola para o mundo que a cerca, inclusive problemas, não se leva plenamente a bom termo a complexa tarefa educativa. Não se espera da comunidade soluções pedagógicas, mas certamente a sua contribuição é imprescindível em um nível de decisão. A escola pode ser o único espaço de vivência cultural a que a comunidade local tem acesso. Na escola está a única quadra de esportes do bairro, o auditório onde facilmente se pode montar um palco



para uma festa, a biblioteca, por pequena que seja, que podem ser abertos para a comunidade, levando-a a sentir-se parte integrante da escola. Também as ações voltadas à melhoria da escola podem ser incentivadas para a participação da comunidade. Na escola é preciso criar um ambiente acolhedor para ouvir o que a comunidade tem a dizer sobre o que espera do ensino, como encara os deveres de casa e as condições que os alunos têm para fazê-los, como entende a avaliação e os processos de recuperação e tudo que preocupa em relação à educação dos filhos. Muitas vezes, as mães já provaram que estavam certas quanto ao ensino de seu filho, e os professores errados.

Na verdade, pais e alunos têm também tudo para ajudar a fazer do currículo um conhecimento vivo, que se despega das verdades esclerosadas de alguns livros didáticos e pode tornar-se uma via de enriquecimento recíproco: dos alunos, dos professores e das próprias famílias. Houve um tempo em que se dizia que os alunos pobres eram alunos carentes, que lhes faltavam, além dos bens materiais, uma série de competências e qualidades que as crianças de classe média possuíam. Eles eram caracterizados pela falta, pela negação, e não pelo que efetivamente eram. Hoje se reconhece a importância de tirar partido da diversidade. Por que não aproveitar, por exemplo, a riqueza das histórias de vida dos meninos da periferia, convidando mães ou avós para relatar o modo como viviam antes de vir para a cidade grande, os trabalhos na roça, os brinquedos com que brincavam, os afazeres de que se ocupavam os homens e as mulheres? Por que não se valer do conhecimento das pessoas da comunidade local para mergulhar fundo na História, na Geografia, na Ciência – que nada mais são do que formas mais sistematizadas de conhecimento do mundo – aproveitando a oportunidade para entrar em contato mais direto com as diferentes paisagens brasileiras; com os usos da terra em diferentes tempos, regiões e condições; para entender melhor as dificuldades enfrentadas pelas famílias; as questões de trabalho e de desemprego; descobrir habilidades e competências que adquiriram as formas culturais tão variadas com que se expressam os problemas que mais as afligem no momento?(BARRETO, 2005, p. 43).

Com esta fundamentação teórica, a escola municipal Madre dos Anjos Amorim procura aplicar o projeto político pedagógico, construído numa proposta de gestão democrática e participativa para conseguir cada vez mais uma escola que ofereça

ensino de qualidade. E que se torne a cada dia mais valorizada na comunidade, pelos pais, alunos, profissionais e pela sociedade claudiense. O gestor e os profissionais da escola têm oferecido atividades artísticas, recreativas e sócio-culturais dentro de projetos envolvendo sempre a comunidade, para que a escola mostre o seu valor real.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a análise da escola pública e a desvalorização que acontece na escola de periferia, o projeto político pedagógico da escola Madre dos Anjos vem se desenvolvendo com a participação da comunidade e somente assim os problemas irão se solucionando, mesmo porque eles não deixarão de existir. A escola será cada vez mais valorizada, se busca a qualidade. Já foi dito que para haver uma escola de qualidade é preciso “transformá-la” em uma escola de qualidade. Com a comunidade se envolvendo, a construção do conhecimento vai sentir uma melhora e o acesso e a permanência na escola poderá atingir a todos.

É importante ressaltar a existência de uma escola democrática pública de qualidade, para que a gestão dentro desta escola possa realizar os projetos pretendidos.

O presente trabalho abordou a questão dos problemas que as famílias que vivem nas periferias levam até a escola. São esses problemas que provocam a desvalorização desta escola, até mesmo por algumas destas famílias. E o desenvolvimento cognitivo dos alunos pode ser consequência de todo o processo que levou a desvalorização. Portanto, os problemas levam à desvalorização da escola, que automaticamente influencia no campo pedagógico, no processo educativo, afetando o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Com os estudos sobre a escola democrática, sobre a educação de qualidade e sobre o projeto político pedagógico é possível compreender a importância de adotar algumas atitudes para superar o problema da marginalização da escola de periferia. Dentre elas, a mais importante pode ser a atitude de encarar o desafio e lutar pela mudança.

Pode-se concluir que é possível superar esse problema de desvalorização se a escola implementa e leva a sério a aplicação do Projeto Político Pedagógico. Analisando os problemas familiares que chegam à escola, conhecidas as influências que eles exercem sobre o pedagógico dos alunos é necessário encarar os problemas para vencê-los.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Debate: retratos da escola. Boletim 12 junho/julho 2005. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola.pdf> Acesso em: 25 jun. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Caderno Sedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p.201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04> Acesso em: 10 fev. 2015.

FERREIRA, Naura Syria Carrapeto. Políticas de Ensino e de formação: desafios para a gestão da educação In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Debate: retratos da escola. Boletim 12 junho/julho 2005. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola.pdf> Acesso em: 25 jun. 2014.

GANDIN, Danilo. Educação política na escola. In: GANDIN, Danilo. **Escola e transformação social**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GRACINDO, Regina Vinhaes. A democratização da educação básica no Brasil. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Debate: retratos da escola. Boletim 12 junho/julho 2005. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola.pdf> Acesso em: 25 jun. 2014.

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A construção dos projetos políticos. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Debate: retratos da escola. Boletim 12 junho/julho 2005. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola.pdf> Acesso em: 25 jun. 2014.

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2010/a\\_gestao\\_da\\_educacao\\_vitor\\_Paro.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/a_gestao_da_educacao_vitor_Paro.pdf) Acesso em: 10 fev. 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. Ática: São Paulo, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. Ática: São Paulo, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL  
MADRE MARIA DOS ANJOS AMORIM**

**ALDAIR RODRIGUES RESENDE**

**ALESSANDRA DA SILVA ALVES PESSIM PEREIRA**

**FLORECENA DE MELO OLIVEIRA NOGUEIRA**

**GEOVANETE PIASSI FERREIRA**

**ROBERTA CECÍLIA ARAÚJO BARROSO**

**ROSÍ IMACULADA**

**BELO HORIZONTE  
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL  
MADRE MARIA DOS ANJOS AMORIM**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE  
2014**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA .....	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	08
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	08
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	10
3.CURRÍCULO .....	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	16
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	21
7. AVALIAÇÃO .....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS .....	27
ANEXOS .....	29



## INTRODUÇÃO

Tendo como principal objetivo a formação íntegra dos alunos, pautada no respeito, ética e o conceito de cidadania, é preciso viabilizar a implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. O mesmo deve conter todas as diretrizes e metas a serem alcançadas por toda equipe escolar. O trabalho coletivo e contínuo também deve dar suporte para todo processo de adequação, implementação e avaliação.

O PPP de uma instituição é o eixo central para construção da qualidade na educação nas escolas. Deve ser elaborado envolvendo toda a comunidade escolar, partindo do pressuposto de onde estamos, para onde queremos ir e o que fazer para se chegar lá. Seu principal objetivo deve ser ressignificar o trabalho dentro da escola. Nasce a partir do desejo e ansiedade de melhorar a educação e da necessidade de se preparar os gestores escolares, para lidar com as questões relativas à educação, avaliação, conselhos escolares. Através do PPP buscamos a participação, reflexão, desconstrução e construção de novos conceitos como dizia Azevedo,

Apesar de tais constatações, é inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como projeto político-pedagógico (PPP), o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática. Desta perspectiva, o PPP é, também, um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia social entre nós. Isto significa dizer que a democracia não se limita à sua dimensão política, pois envolve a articulação direta desta com as práticas de participação social. (AZEVEDO,2010, p.2).

A responsabilidade de uma instituição escolar é sempre muito complexa, devendo estar a serviço de toda comunidade escolar, com muita competência e qualidade em suas ações. Deve-se buscar melhorar a qualidade de ensino obtido pelas crianças tendo como propósito ajudá-las melhorar sua realidade atual e buscar transformá-la em prol de melhores condições de vida na sociedade.

Na instituição escolar, Madre Maria dos Anjos Amorim, a administração, equipe pedagógica, corpo docente e demais funcionários, trabalham visando transmitir conhecimento e entusiasmo pelo ensino-aprendizagem. Busca-se também uma conexão com a afetividade e

auto-estima dos educandos. Nessa perspectiva o trabalho pauta-se muito na ética e no bem comum.

A Escola funciona em um bairro de periferia na cidade de Cláudio-MG, em prédio próprio, à Rua Francisco Martins Amorim, número trinta e cinco no Conjunto Habitacional Santa Maria, seu e-mail: [emmadredosanjos@hotmail.com](mailto:emmadredosanjos@hotmail.com), telefone (37) 33812571. Conta com aproximadamente seiscentos alunos, sendo seis salas de Educação Infantil, quatorze salas de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e quatro salas de Projeto Educacional em Tempo Integral. Dentro desta instituição escolar existe assistência pedagógica nos dois turnos, três secretárias, vinte e quatro professores, dois professores eventuais, dois professores de biblioteca, uma professora recuperadora, uma professora da sala de recursos, um professor de música, dois professores de educação física, dez ajudantes de serviços gerais, uma diretora e uma vice-diretora.

Sendo o Projeto Político Pedagógico uma ferramenta muito importante na administração escolar, torna-se um planejamento a longo prazo, que precisa ser subsidiado com consciência, percebendo as potencialidades da escola e também suas dificuldades. É um processo de muitas tomadas de decisões que pressupõe gestão participativa e democrática, construindo assim, um planejamento de cunho coletivo que possa atender aos anseios de toda comunidade escolar. Nesse sentido Oliveira já dizia,

O PPP da escola deve, de fato mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2010, p. 1).

Neste aspecto vale ressaltar a construção coletiva e participativa do Projeto Político Pedagógico da instituição escolar, no qual o gestor gerencia as tomadas de decisões a fim de, facilitar todo processo de criação e reconstrução das metas e objetivos delimitados no projeto. Sendo um líder na instituição, o gestor deve criar as situações favoráveis para desenvolver os projetos e ações delimitados no PPP. Este cria realmente condições de

efetivar a aprendizagem dos alunos, melhorar o currículo da escola, o espaço físico, os processos de decisões que envolvem toda comunidade escolar, as relações de trabalho e o processo de avaliação da escola.

Assim não se pode pensar o PPP da escola como um projeto feito e acabado, ele deve ser flexível, inovador e sempre avaliado, com intuito de aprimoramento. Por ser uma proposta de longo prazo e apresentada numa gestão democrática, o mesmo deve ser adequado às exigências e anseios do momento para que assim atinja os seus objetivos como podemos ver nos dizeres de Souza,

Logo precisamos, mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2005, p. 1).

Neste sentido, seus objetivos só serão realmente alcançados com uma gestão democrática e participativa, no qual todos os segmentos da instituição juntos, busquem possíveis soluções para todo coletivo da escola. É no processo de discussão, debates e sugestões que está à garantia do sucesso ou fracasso escolar.

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

Pensar sobre ensino-aprendizagem em plena era da globalização demanda estar atenta no mundo tecnológico e inovador no qual as crianças de hoje tem acesso. Nesse sentido, a educação precisa ser repensada e recriada através de muito conhecimento e capacitação de todos envolvidos. Para se obter êxito no ensino-aprendizagem dos alunos é também importante que o professorado esteja atualizado e bem preparado para mediar o conhecimento a fim de formar cidadãos críticos, reflexivos e transformadores de sua atual realidade.

Essa mediação do conhecimento deve levar em conta a teoria e a prática, buscando sempre a práxis, tornando, portanto, elo de ligação, também, com a realidade dos educandos. Assim, a escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim busca a valorização da cultura e da realidade das crianças, transformando o conhecimento em algo significativo, como podemos ver em Dourado,

As pesquisas e os estudos sobre a Qualidade da Educação revelam, também, que uma educação de qualidade, ou melhor, uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo, em que pese, muitas vezes, as condições objetivas de ensino, as desigualdades de origem sócio-econômica e culturais dos alunos, a desvalorização profissional e a possibilidade limitada de atualização permanente dos profissionais da educação. Isso significa dizer que não só os fatores e os insumos indispensáveis sejam determinantes, mas que os trabalhadores em educação (juntamente com os alunos e pais), quando participantes ativos, são de fundamental importância para a produção de uma escola de qualidade ou escola que apresenta resultados positivos em termos de aprendizagem. (DOURADO, 2010, p.8).

Toda filosofia da Escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim, está pautada na proposta do sócio-construtivismo. Tendo como parâmetro a construção do conhecimento a partir da própria vivência das crianças. O meio no qual as crianças estão inseridas é sempre levado em conta, principalmente, por situar-se em um bairro de periferia com bastante problemas sociais.

Busca-se desenvolver durante a aprendizagem dos alunos uma consciência nos educandos para que se desenvolvam culturalmente, fazendo uso ético dos conhecimentos adquiridos e que tenha na instituição escolar, uma referência para projetarem uma vida digna e justa que valorize e respeite a pluralidade cultural da sociedade.

A construção da aprendizagem dos alunos baseia-se na construção coletiva, em que todos os envolvidos no processo de educação participam, eles não só se inteiram do conhecimento, mas se apropriam dele, sendo, portanto capazes de utilizá-lo em seu próprio benefício. O processo de ensino-aprendizagem é socializador e deve ser visto como fruto de um trabalho coletivo no qual o aluno interage com o meio ambiente, as pessoas e toda sociedade.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A estrutura da instituição é formada pelos órgãos em funcionamento da Unidade Escolar, diretoria, órgãos do colegiado, serviços de apoio administrativo e pedagógico. A diretoria é formada pelo diretor e vice-diretor, sendo o diretor o representante legal que administra a Escola, devendo cumprir sua função visando o bem comum da comunidade escolar.

Sendo assim, a administração escolar exige um bom planejamento, organização, execução, avaliação e uma gestão democrática. Administrar uma escola é bem mais que acompanhamento, apoio e cobrança, é também o desafio de se educar pessoas. Portanto, administração escolar torna-se uma tarefa bem complexa, como diz Gonçalves,

A administração tem por finalidade conseguir economia do tempo, enquanto que a administração escolar o objetivo é educar as crianças, os jovens e os adultos. É tarefa diferente de qualquer outra administração, muito mais complexa. A administração escolar envolve não só as crianças, pais, mestres e funcionários, mais toda a coletividade, envolve também os próprios interesses nacionais. (GONÇALVES, s.d. p.23).

Percebe-se, portanto que a escola é um todo e como equipe todas as partes são fundamentais para o bom desenvolvimento do estabelecimento. Sendo que para o seu sucesso o trabalho coletivo é essencial.

## 2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A escola conta com um quadro escolar bastante abrangente e que na medida do possível atende a demanda da mesma. A instituição conta com os seguintes cargos para seu funcionamento: diretor, vice-diretor, secretárias, pedagogas, professores, professores de educação física, professor de música, professor recuperador, professor qualificado para sala de recursos, ajudante de serviços gerais, psicóloga da educação, nutricionista e o colegiado.

O diretor e vice-diretor delegam as tarefas e buscam gerir a escola de maneira democrática e participativa. As tomadas de decisões são vistas para o coletivo, o diretor não só toma a decisão, mas participa das ações. Quando se determina as ações todos participam inclusive o diretor e o vice-diretor. O poder descentralizado divide as responsabilidades entre todo o grupo como já dizia Gonçalves (s.d. p.32), “Na gestão democrática é importante a presença organizada da sociedade na escola, acompanhando e participando do processo educacional, onde o diretor descentralizando o poder distribuído responsabilidades entre todos.”

A parte burocrática da escola fica com as secretárias, que cuidam dos livros de registros da vida escolar dos alunos, transferências, matrículas, ou seja, tudo que envolve a parte de registros dentro das leis sobre os alunos. A limpeza e merenda são de responsabilidade das ajudantes de serviços gerais que executam com esmero tais tarefas.

Já a estrutura física da escola é muito boa, bem arejada, com muitas salas de aula, quadra coberta, parquinho, ampla área gramada, um bom refeitório, sala dos professores, sala de computação, secretaria, sala da direção e é importante ressaltar que a mesma possui espaços com acessibilidade. Porém, sempre pode-se melhorar as instalações do prédio, já que a mesma atende tanto o Ensino Fundamental quanto a Educação Infantil.

Neste sentido o próximo subtítulo aborda a estrutura pedagógica da escola a fim de mostrar como o restante de todo grupo trabalha em prol do desenvolvimento da escola de maneira consciente e participativa.



## **2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica**

O calendário escolar do município conta com 200 dias letivos distribuídos entre quatro bimestres. Nele consta os feriados, recessos, Dia D – Toda a escola deve fazer a diferença, Toda comunidade participando, as festividades da escola, assembleias, conselhos de classe, reuniões técnico-pedagógicas, dias de planejamento e formação continuada. Tudo distribuído visando o bom andamento do ano letivo conforme anexo 1.

A estrutura pedagógica da escola conta com pedagogos, professores, professores de educação física, professor de música, professor recuperador, professor especializado para sala de recursos, psicóloga, nutricionista e acompanhamento da gestão. Estes profissionais específicos foram citados devido a sua necessidade e as funções diferenciadas que executam. Temos escolas no município especificamente do estado que não possuem esta variedade de profissionais. Sendo estes fundamentais para o bom desenvolvimento da escola como um todo.

Mesmo com este variado quadro funcional para acompanhar o desenvolvimento pedagógico das crianças, a escola ainda não atende adequadamente a sua demanda. É preciso além desses profissionais: neurologista, fisioterapeuta, psicopedagoga. Percebe-se que o número de crianças com algum comprometimento vem crescendo nas escolas e precisamos de uma equipe multiprofissional para dar conta de atender as mesmas com qualidade.

É preciso mais investimento das políticas públicas para se ter realmente uma educação de qualidade e que seja referência. Acredita-se que é preciso também oferecer durante o tempo que as crianças estão na escola, um tempo de qualidade

no qual possam desenvolver suas potencialidades e compreender também sua realidade como diz Cavaliere,

A organização social do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma da sociedade. Dentre os meios de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral. (CAVALIERE, 2007, p. 1017).

A escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim, atualmente atende a Educação Infantil (1º e 2º Período, cerca de 130 alunos), Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, cerca de 345 alunos e o Projeto Educacional em Tempo Integral (1º ao 5º Ano cerca de 122 alunos). Sua clientela é bastante diversificada, com muitos alunos oriundos de outras cidades, que muitas vezes chegam à escola com grande defasagem escolar, suas famílias desestruturadas e em condições financeiras comprometidas, muitas dessas famílias vem para cidade em busca de trabalho.

Para atender toda essa diversidade, o trabalho precisa ser bem planejado e contar com bons profissionais para realização das tarefas. Um impasse que se percebe na escola é quanto ao seu quadro escolar. O quadro escolar conta com muitos funcionários contratados, que ano após ano são modificados e não dão continuidade a proposta pedagógica da instituição, o que compromete a aprendizagem dos alunos e seu desenvolvimento como um todo. Os profissionais efetivos são divididos entre as diversas turmas para subsidiar e procurar auxiliar o trabalho dos contratados.

Outra estratégia adotada pela instituição é utilizar um professor recuperador para ajudar na aprendizagem dos alunos com defasagem, colocá-los também no Projeto Educacional em Tempo Integral, já que o mesmo agora conta com verbas do Mais Educação que garantem a contratação de oficinairos que trabalham de maneira lúdica as dificuldades das crianças.

A escola também conta com um projeto desenvolvido pelas próprias docentes o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), o qual tem como objetivo traçar metas e estratégias para sanar as dificuldades das crianças. O PIP possui atividades específicas para ajudar os alunos vencerem suas defasagens e apropriar-se do conhecimento. Todas essas ações são muito bem planejadas e estão no Projeto Político Pedagógico da escola, com as metas, estratégias e ações. O acompanhamento diário é feito pela pedagoga e direção. Contudo, ainda se tem como meta, sanar as dificuldades de aprendizagem das crianças e viabilizar cada vez mais uma educação de qualidade para as crianças.

Pretende-se em breve começar colher os frutos dessa jornada de trabalho, diminuindo o número de crianças com mais dificuldades, alfabetizando cada dia mais as crianças no tempo certo e ainda aumentando notas nos índices do governo.

### 3. CURRÍCULO

Pensar em um currículo pressupõe planejamento escolar, pois é na escola, na família, na vida social, que a criança adquire seus saberes. Esse momento é uma oportunidade de todos os envolvidos no âmbito escolar refletirem sobre que educação quer transmitir aquela comunidade escolar. Momento de se garantir uma educação de qualidade que seja capaz de formar cidadãos críticos, reflexivos e transformadores de sua atual realidade.

Tendo como referência a era globalizada e tecnológica na qual estamos inseridos, se faz necessário um ensino inovador que consiga atrair a atenção dos educandos. Portanto, o currículo não deve conter somente as disciplinas tradicionais, é preciso também inovar, ou seja, incluir modalidades atuais e que estejam no cotidiano dos alunos. Assim os mesmos adquirirão conhecimento que possam também ser utilizados no seu dia a dia.

Os currículos já foram, de certa forma, impostos pela hierarquia em que se formava sujeitos passivos que não buscavam transformar sua realidade. Hoje a preocupação é contrária, é necessário sim, formar sujeitos ativos que se adaptam ao mundo de hoje. Um mundo capitalista, consumista e tecnológico. É preciso desenvolver as diversas habilidades dos sujeitos para transformá-los em seres humanos pensantes e atuantes. E para viabilizar esse processo, um dos passos essenciais é reformular os currículos, como vemos em Moreira,

Como reformar currículos é alterar a prática da educação, está-se diante de problemas de relação entre teoria e prática que interessa e concerne a muitos, não apenas aos técnicos, aos especialistas e aos professores. Cabe, então, promover o diálogo entre esses grupos, como estendê-lo para além das escolas, das universidades e dos sistemas escolares. (MOREIRA, 2000, p. 131).

A grade curricular (ANEXO2) é dividida conforme exigências legais e visa contemplar as disciplinas como um todo. Busca-se encaixar todas as áreas do conhecimento a fim de formar o sujeito em sua totalidade. Podemos verificar esta distribuição na grade curricular que se encontra no anexo 2 deste documento.

Observando a LDB, especificamente o artigo 26 da lei 9394/96, verificamos um currículo que deve abranger obrigatoriamente o estudo da língua portuguesa, matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, principalmente do Brasil. O estudo da disciplina de História contribui para se repassar a cultura e etnias do povo brasileiro. A arte sendo também um componente obrigatório tem a possibilidade de ampliar o campo referencial das crianças através do lúdico, com muita criatividade e manifestações de talentos. Outra disciplina obrigatória é a educação física que vem adaptando-se as diferentes modalidades de ensino.

Assim sendo, é realmente importante um currículo base, mas a parte diversificada deve ressaltar os interesses de cada região, bem como seus anseios. Na escola mencionada, a parte diversificada abrange todo o Ensino Fundamental com aulas específicas de música. Essa modalidade de disciplina tem contribuído muito para a concentração e desenvolvimento cognitivo das crianças. Outro fator importante que percebe-se com a implantação dessa modalidade de ensino é que a música mexe com os sentimentos das crianças tornando-as mais sensíveis e também melhorando sua convivência social.

O currículo escolar também não pode ficar preso somente nos conceitos, ou seja, no saber, é preciso viabilizar para estas crianças o saber fazer e o saber ser, perante o mundo em que vivemos. Neste sentido é de suma importância propiciar condições

reais de aprendizagem, um ensino mais diversificado possível e qualidade no que for ensinado.

Saber valorizar a participação dos alunos durante o processo de aquisição do conhecimento também é muito importante, vale lembrar que é preciso delegar aos mesmos responsabilidades, fazê-los perceber a oportunidade que lhes é ofertada e ajudá-los compreenderem o peso de suas decisões. É este processo de assimilação e apropriação do conhecimento, que torna o sujeito construtor e ressignificador de sua realidade.

Dessa forma o currículo da instituição procura abranger todas as diversidades das crianças, tendo como meta a aprendizagem significativa dos alunos, a meta é assegurar a capacidade do educando aprender, propiciando condições para que o mesmo tenha seu direito à educação assegurado, tarefa que não é fácil de ser alcançada, como podemos ver nos dizeres de Moreira,

Por outro lado, além das exigências legais, há de se ressaltar a sensível dificuldade de se implantar em um sistema escolar uma proposta que de fato configure um rompimento com as limitações disciplinares. A familiaridade dos professores com as disciplinas, adquirida na prática que desenvolvem, nos livros didáticos com que trabalham – também eles organizados segundo as disciplinas -, bem como na formação recebida nos cursos frequentados, acaba por promover a internalização dos princípios da disciplinaridade e por criar um *habitus* difícil de ser superado. (MOREIRA, 2000, p. 127-128).

Repensando a proposta curricular, desejamos uma educação mais integrada, que reconheça a multiplicidade de agentes e fontes de informação; mudando paradigmas, buscando novas alternativas educacionais e contextualizando os conteúdos curriculares. Portanto, o currículo torna-se uma peça fundamental para ressignificar os caminhos da educação. Faz-se necessário para servir de referência como um fio condutor que avança em busca de uma educação de qualidade. Uma educação que possibilite os educandos uma autonomia de viver melhor em sociedade. Para tanto, o currículo deve ser aberto e flexível podendo adaptar-se as exigências do cotidiano.

## 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A escola organiza seu tempo dentro das disposições legais e de maneira que atenda sua clientela. Devem constar no Plano curricular a carga mínima de 200 dias letivos, oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos anuais. São quatro bimestres com cinquenta dias letivos em cada um e as aulas são ministradas cinco dias na semana. Contamos com dois turnos em funcionamento, matutino que atende do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental e o vespertino que atende a Educação Infantil 4º e 5º Período, Projeto Educacional em Tempo Integral - PROETI (1º ao 5º Ano) e o 1º e 2º Ano do Ciclo Complementar da Alfabetização.

Percebe-se que a aprendizagem dos alunos acontece, não somente dentro das salas de aulas, mas sim dentro de toda estrutura física da escola. A mesma possui um amplo pátio com mesas para estudo, brincadeiras e jogos, uma biblioteca bem equipada, quadra coberta, área gramada, jogos pintados no pátio. Assim sendo, o ambiente tem sido usado a serviço da estimulação contínua da aprendizagem dos alunos. As salas são bem equipadas com TVs e DVDs em todas, temos um bom laboratório de informática que ajuda enriquecer as aulas com o uso da internet. Mas é preciso um pouco mais de apoio das políticas públicas para se obter melhores resultados educacionais, como podemos ver nos dizeres de Dourado,

Por outro lado, faz-se necessário implementar políticas públicas e, dentre essas, políticas sociais ou programas compensatórios que possam colaborar efetivamente no enfrentamento dos problemas sócio-econômicos-culturais que adentram a escola pública. Nessa perspectiva, a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem deve envolver os diferentes setores a partir de uma concepção ampla de educação envolvendo cultura, esporte e lazer, ciência e tecnologia. Ou seja, é necessário avançar para uma dimensão de sociedade educadora, onde a escola cumpra a sua tarefa em estreita conexão com outros espaços de socialização e de formação do indivíduo garantindo condições econômicas, sociais e culturais, bem como financiamento adequado à socialização dos processos de acesso e de permanência de todos os segmentos a educação básica (de zero a 17 anos), entendida como direito social. (DOURADO, 2010, p.14).

A organização do tempo pedagógico é planejada mensalmente por cada série/ano, com módulos duas vezes por mês, durante duas horas acompanhado pela pedagoga. Seguimos um planejamento anual que é elaborado no início do ano com a participação dos docentes e vai se adequando sempre que se faz necessário. Contamos também com a supervisão pedagógica do Departamento Municipal de Educação de Cláudio-MG, onde existem pedagogas que dão suporte as pedagogas da escola.

A escola conta com um amplo material didático para subsidiar o trabalho dos docentes. Com as verbas destinadas à escola a gestão está sempre adquirindo novos materiais para melhorar a aprendizagem dos alunos. Quanto à parte escrita, ou seja, sua escrituração está em dia, de acordo com as leis vigentes. O cardápio conta com as orientações de uma nutricionista para deixá-lo sempre nutritivo e com qualidade.

A merenda escolar é feita seguindo as recomendações da nutricionista, com um cardápio variado. As crianças do ensino regular contam com uma refeição diária. Já os alunos do PROETI se alimentam quatro vezes ao dia. Sendo um café, um almoço, outro café e uma fruta acompanhada de um iogurte ou vitamina, ou gelatina. As crianças do PROETI têm horário da higiene pessoal e bons hábitos tudo sobre a supervisão de um docente.

Com os repasses do governo, em especial do Programa Mais Educação, a escola tem ampliado o tempo com qualidade dos educandos. Principalmente os alunos que participam do PROETI<sup>1</sup>, os mesmos têm contado com oficinas bastante proveitosas e que visam produzir de maneira lúdica mais conhecimento para os mesmos. São oficinas de acompanhamento pedagógico,

---

<sup>1</sup> Projeto Educacional em Tempo Integral atende as crianças na escola durante o dia todo.

alfabetização e letramento, matemática, horta, histórias em quadrinhos, natação. Todo investimento tendo em vista melhorar a qualidade de ensino-aprendizagem, como percebemos nos dizeres de Dourado,

A exigência contemporânea de melhoria da qualidade da educação tem levado os países e os sistemas educativos a reconhecerem a complexidade do fenômeno educacional e a pensarem a questão da qualidade em toda a sua complexidade, o que inclui reconhecer os fatores externos e internos que afetam a aprendizagem das crianças, jovens e adultos. A educação de qualidade tem se tornado uma exigência da sociedade atual, assim como a ampliação do tempo de escolarização, o que de certa forma tem contribuído



para o entendimento da educação como um bem público e direito social, colocando-a, sobretudo, na esfera das obrigações e dever do Estado. Tal situação tem se configurado no panorama internacional a partir de acordos, planos e metas comuns voltados à garantia de acesso e permanência com qualidade social. (DOURADO, 2010, p.16).

Todos os investimentos na qualidade do tempo na escola, têm como objetivo intensificar e efetivar a aprendizagem dos alunos. Tarefa que não é fácil, mas tem-se procurado realizar através das inferências pedagógicas e auxílio de todos envolvidos no processo. Garantir a qualidade do tempo dos alunos na escola tem sido o desafio, não podemos somente oferecer o ensino, é preciso que o ensino ofertado seja condizente com as necessidades do momento. Ou seja, com as necessidades exigidas no mundo de hoje, um mundo extremamente capitalista, consumista e tecnológico.

## 5. PROCESSOS DE DECISÃO

Os processos de tomadas de decisões da escola, Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim acontecem de maneira participativa e democrática, como também vem sendo a gestão da escola. As decisões buscam o bem comum dos discentes a fim de promover uma aprendizagem eficiente. Tais processos também buscam o apoio da comunidade escolar.

Percebe-se que quanto à escolha do diretor a escola no ano de 2013 retrocedeu no processo democrático. Pois, por motivos políticos, a escola já vinha escolhendo seu diretor através de eleição e no final do ano de 2012 deveria ter acontecido uma eleição para diretor. O prefeito do mandato anterior não realizou tal eleição e o atual prefeito não quis promovê-la. Por este impasse político no ano de 2013 o diretor foi indicado. O fato de não acontecer uma eleição e sim uma indicação, num município em que o plano de carreiras contempla esta ação, deixou muitos profissionais insatisfeitos. O que de certa maneira não causa satisfação à classe docente.

Mas ao se elaborar o Projeto Político Pedagógico desta instituição, o processo democrático tornou-se efetivo. Na sua elaboração vários seguimentos foram essenciais para construir e reconstruir a identidade da escola, buscando delimitar suas metas, ações e as novas diretrizes que norteiam todo trabalho da comunidade escolar. Dentre todo este processo a participação dos pais, professores, conselheiros, diretora, serviçais, secretárias, alunos e a toda comunidade escolar, foi de extrema importância. A interação entre todos esses participantes não foi só um “ficar junto”, mas um momento único de trocar ideias, dividir tarefas, mas também, um momento ímpar na superação de dificuldades e divergências, nesse sentido Barreto (2005) já diz,

É preciso, pois, criar na escola um ambiente acolhedor para ouvir o que a população tem a dizer sobre o que espera do ensino, como encara os deveres da casa e as condições que os alunos têm para fazê-los, como entende a avaliação e os processos de recuperação, assim como tudo o mais que a preocupa em relação à educação dos filhos. (BARRETO, 2005, p.3).

Nesse sentido a escola buscou formar seu colegiado para assegurar os processos de decisões futuros. O colegiado assume uma função de auxiliar a gestão na administração da escola, de maneira democrática. O mesmo se reúne sempre que se fizer necessário, ou seja, quando é preciso decidir assuntos de relevância financeira e administrativa, participando com menor frequência da parte pedagógica.

O gestor busca então descentralizar seu poder a fim de garantir uma maior participação de todo grupo. As tarefas são divididas entre os docentes, pedagogos e demais funcionários tornando o andamento da escola algo o mais natural possível. A capacitação e apoio pedagógico para os docentes são oferecidos a contento. Portanto a gestão caminha com democracia, participação oferecendo espaços para informações, transparência administrativa e divisão do poder.

## 6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Gerir uma escola tornou-se uma tarefa muito complexa, que exige muito discernimento e conduta ética, capaz de vencer os obstáculos do dia a dia. É preciso conhecer leis, averiguar os interesses da instituição e ainda saber lidar com a parte humana, ou seja, reconhecer que dentro de uma escola lidamos todo dia com pessoas diferentes que buscam de alguma maneira o conhecimento.

Assim, o Projeto Político Pedagógico da escola também visa o bom relacionamento entre todos os integrantes da mesma. Sendo, necessário saber ouvir todas as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem. Tanto alunos, professores, comunidade escolar, gestores e demais funcionários. Através do diálogo e das relações entre as pessoas, as decisões e o planejamento futuro das ações serão mais fáceis de se viabilizarem e a gestão se torna cada dia mais democrática, como podemos ver nos dizeres de Cury,

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta. (CURY, 2006, p. 22).

Percebe-se, que estas relações nem sempre são harmoniosas, é preciso à intervenção do gestor para conduzir da melhor maneira este convívio. Sendo o gestor então um mediador entre as conversas, decisões e tomadas de decisões. Faz-se necessário também ser muito aberto ao diálogo, a possíveis questionamentos e flexível nesse processo. Ou seja, o gestor deve ter como meta, sempre atender aos anseios do coletivo, já que todos os envolvidos no processo da educação de certa maneira também dão sua contribuição para gestão como vemos com Japicanga (2000),

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões. (JAPECANGA, 2000, p.46).

Um impasse na instituição é que alguns profissionais não assumem a profissão como prioridade não inova sua prática e assim dificultam a transformação da sociedade. Ainda evidencia-se práticas individualistas que nada contribuem para o desenvolvimento da instituição. O desafio é conseguir de alguma maneira, engajar todos os docentes nesse processo contínuo de melhorar a educação. E também viabilizar uma educação de qualidade, eficiência e que seja interessante para os educandos deste século XXI.

Neste sentido, uma maneira de também conduzir as relações de trabalho com eficiência, é descentralizar seu poder. Atribuindo aos diversos setores da educação suas funções. Assim, cada um se senti parte integrante do processo ajudando toda estrutura caminhar em busca do sucesso. E o processo ensino-aprendizagem tem mais possibilidades de dar certo, pois, o trabalho coletivo com certeza colhe melhores frutos.

## 7. AVALIAÇÃO

O processo de avaliação dentro de uma unidade escolar também é um medidor de qualidade no ensino. Mas a avaliação não teve ter caráter de punição, e sim servir de ponto de partida para avançar no desenvolvimento cognitivo da criança. Torna-se mais uma ferramenta que pode ser utilizada para conduzir o processo de assimilação e acomodação do conhecimento.

Sem dúvida pensar avaliação é uma tarefa bastante complexa que deve ser vista como um processo diário e contínuo e não classificatório. É preciso compreender o processo de aprendizagem dos alunos para assim avaliá-los. Nesse sentido se pensarmos nas avaliações externas que nossos alunos são submetidos a realizar temos um impasse. Trabalhamos dia a dia para valorizar as habilidades de cada criança, capacitá-las para lidar com o dia a dia de acordo com sua realidade. De repente chega às avaliações externas que cobram tudo igual de todos os alunos com diferentes bagagens e vivências. Não seria uma contradição na educação?

Como falar em processo, em reconhecer as habilidades e competências de cada criança, se o sistema nos cobra algo contrário? Devemos nós continuar com a ideologia e missão da escola? Ou simplesmente treinar nossos alunos a fazer provas? Tais questionamentos perpassam os pensamentos e discussões do corpo docente da escola, pois acreditamos que a avaliação não acontece de uma hora para outra é um processo que exige retomada a todo o momento como vemos nos dizeres de Sousa,

Sem dúvida, a perspectiva de avaliação aqui explorada não é algo que se viabiliza em curto prazo e sem embates e impasses, pois supõe uma

mudança da lógica que orienta de modo dominante a organização e a dinâmica das escolas e dos sistemas de ensino como um todo. No entanto, penso que vale a pena enfrentarmos o desafio de construir um processo de avaliação capaz de contribuir para tornar realidade uma educação democrática. (SOUSA, 2005, p.6).

Sendo assim, a instituição avalia o aluno dia a dia, num processo contínuo, almejando o sucesso do aluno, o professor parte de onde a criança está e dá continuidade a construção de seu conhecimento dando assim, uma sequência pedagógica ao desenvolvimento como um todo do discente, valoriza-se as qualidades e peculiaridades dos alunos, incentivando-os a superar suas dificuldades. Já a avaliação do PPP está deixando a desejar o mesmo ainda não foi avaliado pelos membros da equipe escolar e de toda comunidade, certifica-se que está na hora que avaliá-lo para que se necessário efetivar mudanças.

O processo de avaliação e reconstrução do PPP se dará com reuniões entre o colegiado e os demais funcionários da escola. Novas sugestões, ações e metas serão traçadas, e todos, cada um no seu segmento poderá contribuir para o desenvolvimento da escola. Será importante também ressaltar os aspectos positivos para melhorá-los e aperfeiçoá-los e corrigir os aspectos negativos, a fim de alcançar uma aprendizagem mais significativa para nossos alunos.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico da instituição baseia-se na concepção construtivista, na qual o aluno é sujeito ativo na construção do seu saber, interagindo produtivamente nesta elaboração, tendo como propósito uma aquisição mais significativa do conhecimento adquirido, como podemos perceber nos dizeres de Cury, 2006,

A qualidade do ensino implica, então, o enfrentamento de um processo de produção às mais elaboradas formas de estética. Afinal, o conhecimento se torna componente mais e mais presente no mundo do trabalho, da comunicação, do lazer e de múltiplas outras realidades de uma sociedade que se mundializa. (CURY, 2006, p.10).

A partir de sua implementação, vários frutos positivos já podem ser vistos na instituição, hoje, a identidade da escola e suas metas estão bem definidas, assim como seus desafios. Alguns profissionais estão mais motivados e com práticas inovadoras, os alunos já perceberam algumas mudanças e estão mais participativos. Muitos pais já participam efetivamente da vida escolar de seus filhos podendo ajudá-los na construção de sua aprendizagem. Atualmente não temos evasão na escola, a frequência é boa e a indisciplina diminuiu bastante.

Um dos principais problemas visto para plena implementação deste Projeto Político Pedagógico, é a família terceirizar seus problemas para escola, não generalizando. Por ser uma escola de periferia, a mesma tem muitos problemas com as famílias desestruturadas, que não dão suporte a educação de seus filhos, ficando a escola muitas vezes ocupada com as questões sociais e o pedagógico tende a prejudicar-se. O número de famílias envolvidas com drogas, maus tratos, abusos sexuais, dificuldades financeiras vem crescendo e com isto cresce os problemas da escola, tornando o seu sucesso pedagógico mais difícil.

Para resolver um problema abrangente como as questões familiares, torna-se necessário ajuda de outras esferas governamentais, como o Município e Estado. Políticas públicas precisam ser implementadas para ajudar essas famílias saírem da condição em que se



encontram e lutarem por melhores condições de vida. É preciso educar os filhos e restabelecer estas famílias na sociedade.

Por tudo mencionado no texto acima, colocar o Projeto Político Pedagógico em pleno funcionamento não é fácil, é preciso união de poderes para sua eficácia, pois o mesmo é resultado do trabalho coletivo sendo, portanto o fio condutor e articulador de toda escola.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: [moodle3.gov.br/ufmg](http://moodle3.gov.br/ufmg). Acesso em: 29 jun. 2014

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=15369>. Acesso em: 29 jun. 2014

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. (Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e da nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI). Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm)> Acesso em: 14 abr. 2014

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.28, n.100 – Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em: 29 jun. 2014

CLÁUDIO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal Encantada. Cláudio/MG, 2013

CURY, C. R. Jamil. **O Direito à educação: um campo de atuação do gestor**. Brasília, Ministério da Educação, 2006

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. Brasil: MEC/NEP. **A Qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade\\_da\\_educacao.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf). Acesso em: 29 jun. 2014

GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. Capítulo 2, 3 e 4. Disponível em: [http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/8/6/23969914/getao\\_escolar\\_e\\_o\\_processo\\_de\\_decisao.pdf](http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/8/6/23969914/getao_escolar_e_o_processo_de_decisao.pdf). Acesso em: 29 jun. 2014

JAPÉCANGA, Alaide Pereira. A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em: 29 jun. 2014

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. **Educação & sociedade**, ano XXI, nº 73. Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov/ufmg/mod/data/view.php?id=15369>. Acesso em: 29 jun. 2014

SOUSA, Ângelo Ricardo (et al.). Avaliação Institucional: A avaliação da escola como

instituição. Gestão e avaliação da educação escolar> Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria da Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de educação Básica. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2005, p.32-38. 42 p. – (Gestão e avaliação da escola pública; 4). Disponível em: [moodle3.gov.br/ufmg](http://moodle3.gov.br/ufmg). Acesso em: 29 jun. 2014

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. Da UFPR. 2005, p. 15 -22. 68p. – (Gestão e avaliação da escola pública; 1). Disponível em: [moodle3.gov.br/ufmg](http://moodle3.gov.br/ufmg). Acesso em: 29 jun. 2014

## **ANEXO 1**



**E.M.MADRE M<sup>ª</sup> DOS ANJOS AMORIM**  
**CALENDÁRIO ESCOLAR DE 2014**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL – 1<sup>º</sup> E 2<sup>º</sup> PERÍODOS**  
**ENSINO FUNDAMENTAL: CICLO DE ALFABETIZAÇÃO -3 ANOS**  
**CICLO COMPLEMENTAR - 2 ANOS**

**DETALHAMENTO**

<b>MÊS</b>	<b>DIA</b>	<b>DETALHAMENTO</b>
<b>JANEIRO</b> Férias :30 Dia escolar: 00 Dias letivos: 00	01 02 à 31	Feriado Férias
<b>FEVEREIRO</b> Dias Escolares: 00 Dias Letivos: 20	03 26	Início do Ano Letivo e Escolar e Reunião Técnico Pedagógica-(extra turno) Assembleia da Comunidade Escolar (extra-turmo)
<b>MARÇO</b> Dias Escolares: 02 Dias Letivos: 16	03 04 05 06 e 07 10	Recesso Escolar Feriado – Carnaval Recesso Escolar – 4 <sup>ª</sup> feira de Cinzas Formação Continuada Planejamento Reunião Técnico Pedagógica- extra turno
<b>ABRIL</b> Dia Escolar: 00 Dias letivos: 19	14 17 18 21 24	Reunião Técnico Pedagógica- (extra turno) Recesso – 5 <sup>ª</sup> feira Santa Feriado – 6 <sup>ª</sup> feira Santa Feriado –Tiradentes Conselho de Classe
<b>MAIO</b> Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 22	01 12 31	Feriado - Dia do Trabalho- Dia Letivo Reunião Técnico Pedagógica –(extra turno) Festa da Família / Festa Junina
<b>JUNHO</b> Dia Escolar: 01 Dias Letivos: 10	04 07 09 14 16 a 18 19 20, 23 a 27 e 30	Dia D – Toda a Escola deve fazer a Diferença-Dia Escolar Toda a Comunidade Participando na Escola-Dia Letivo Reunião Técnico Pedagógica -extra turno Início Férias Recesso Escolar Feriado – Corpus Christi Recesso escolar
<b>JULHO</b> Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 14	01 a 04, 07 a 11 14 21	Recesso Escolar Início 2 <sup>º</sup> Semestre letivo Reunião Técnico Pedagógica- (extra turno)
<b>AGOSTO</b> Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 22	04 11 30	Conselho de Classe Reunião Técnico Pedagógica- (extra turno) Aniversário da Cidade Cláudio – Dia Letivo
<b>SETEMBRO</b> Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 23	06 07 08 13	Abertura dos Jogos Estudantis- Dia Letivo Feriado – Independência do Brasil Reunião Pedagógica (extra-turmo) Festa - Aniversário da Escola (Sábado)
<b>OUTUBRO</b> Dias Escolares: 00 Dias Letivos: 18	06 09 12 13 a 17	Reunião Técnico Pedagógica – (extra turno) Conselho de Classe Feriado Recesso Escolar
<b>NOVEMBRO</b> Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 20	02 10 15 20 27	Feriado – Finados Reunião Técnico Pedagógica – (extra turno) Feriado-Proclamação Republica Dia Nacional da Consciência Negra e Indígena Assembleia da Comunidade Escolar ( extra – turno)
<b>DEZEMBRO</b> Dia Escolar: 02 Dias Letivos: 14	01 08 18 19 22 e 23 23 25 24, 26, 29 a 31	Reunião Técnico Pedagógica – (extra turno) Feriado – Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Cláudio Conselho de Classe Término do Ano Letivo Avaliação das Atividades de 2014 e Replanejamento Término do Ano Escolar Feriado - Natal Recesso Escolar
<b>Momento Cívico: Último dia útil de cada semana. Lei nº 14.386 de 29 de outubro de 2002 – MG de 30 de outubro de 2002.</b>		
<b>-Grupo de Estudos- Quinzenalmente</b>		
<b>ANO LETIVO INDEPENDENTE DO ANO CIVIL, CONSTITUIR-SE-À DE: 200 Dias Letivos</b>		

## **ANEXO 2**

**PLANO CURRICULAR – ANO 2014**  
**MUNICÍPIO: CLÁUDIO**



**EDUCAÇÃO INFANTIL: 1º e 2º PERÍODO**

	EIXOS DE TRABALHO	1º PERÍODO		2º PERÍODO	
		AS	CHA	AS	CHA
Formação Pessoal e Social / Conhecimento de Mundo	Arte	3	60:00	3	60:00
	Identidade e Autonomia	4	80:00	4	80:00
	Brincar /Faz de Conta	4	80:00	4	80:00
	Linguagem Oral e Escrita	6	120:00	6	120:00
	Movimento/Corporeidade	4	80:00	4	80:00
	Música	3	60:00	3	60:00
	Natureza e Sociedade	3	60:00	3	60:00
	Matemática	6	120:00	6	1 20:00
	Educação Física	2	40:00	2	40:00
	Sub-total	<b>35</b>	<b>700:00</b>	<b>35</b>	<b>700:00</b>
	Recreio	5	100	5	100
	<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>800:00</b>	<b>40</b>	<b>800:00</b>

- NA EDUCAÇÃO INFANTIL, O RECREIO DEVE SER INCLUÍDO DENTRO DAS 800:00 HORAS.

**INDICADORES FIXOS:**

Duração do Módulo: Regência de Turma: **30 minutos**  
 Nº de Dias Letivos: **200**  
 Nº de Semanas Letivas: **40**  
 Carga Horária Anual: **800:00 horas**  
 Duração do Turno: **4:00 h.**

**LEGENDA:**

**AS:** Aulas Semanais  
**CHA:** Carga Horária Anual

**OBSERVAÇÃO:**

A Educação Ambiental, como prática educativa permanente, integrada e contínua, permeia todos os eixos de trabalho – Lei nº 9795/99.

*Carla A. A. Santos*  
**Carla Aparecida Amorim Santos**  
 Chefe do Departamento Municipal de Educação  
 Autorização nº 401123

*Floreana de Melo D. Roqueira*  
**Floreana de Melo D. Roqueira**  
 Diretora  
 Aut. 401219  
*[Assinatura]*  
**Diretor (a)**

*[Assinatura]*  
**Inspetora Escolar**

*[Assinatura]*  
**Membro do Conselho Escolar**

Cláudio, 27 de Janeiro de 2014.



E.M. MADRE MARIA DOS ANJOS AMORIM  
 ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL  
 RESOLUÇÃO Nº 003/98 - MG DE 20/04/98  
 RUA FRANCISCO MARTINS AMORIM, 50 COL. HABITACIONAL SANTAMARIA  
 TEL: (037) 3381-2571 - CEP: 38.500.000 - CLÁUDIO - MINAS GERAIS

SRE - DIVINÓPOLIS  
 CONFERIDO  
 02/09/14

CURRICULAR – Ensino Fundamental ( 1º ao 5º ano) Ano 2014 LDB 9394/96 de 20/12/96 – Res SEE nº 2197/12 - PROETI "PROJETO EDUCACIONAL TEMPO INTEGRAL" - 1º E 3º TURNO

ÁREAS DE CONHECIMENTO COMPONENTES CURRICULARES	CICLO DA ALFABETIZAÇÃO											
	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO			
	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA		
BASE NACIONAL	Linguagens	Língua Portuguesa	6	192,00	6	192,00	6	192,00	6	192,00	6	192,00
		Arte	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
		Educação Física	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
	Matemática		6	192,00	6	192,00	6	192,00	6	192,00	6	192,00
		Ciências da Natureza	3	96,00	3	96,00	3	96,00	3	96,00	3	96,00
	Ciências Humanas	Geografia	2	64,00	2	64,00	2	64,00	2	64,00	2	64,00
História		3	96,00	3	96,00	3	96,00	3	96,00	3	96,00	
Ensino Religioso		1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	
PD	Linguagens	Literatura	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
		Música	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
<b>TOTAL</b>		<b>25</b>	<b>800,00</b>	<b>25</b>	<b>800,00</b>	<b>25</b>	<b>800,00</b>	<b>25</b>	<b>800,00</b>	<b>25</b>	<b>800,00</b>	
Acompanhamento Pedagógico	Letramento/Alfabetização	8	266,40	8	266,40	8	266,40	8	266,40	8	266,40	
	Matemática	6	200,00	6	200,00	6	200,00	6	200,00	6	200,00	
Cultura e Arte	Teatro	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	Dança	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	
Esporte e Lazer	Recreação e Lazer	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	Xadrez / Jogos	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
Cibercultura	Natação	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	Educação Tecnológica	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	Rádio Escolar	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	História em Quadrinhos	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
Seg. Alimentar Nutricional	Promoção e Saúde	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	
Educação Socioambiental	Ed. para Sustentabilidade	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	
Direitos Humanos e Cidadania	Direitos Humanos	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	
<b>Sub Total</b>		<b>30</b>	<b>1000,00</b>	<b>30</b>	<b>1000,00</b>	<b>30</b>	<b>1000,00</b>	<b>30</b>	<b>1000,00</b>	<b>30</b>	<b>1000,00</b>	
<b>TOTAL DE CH.</b>		<b>55</b>	<b>1800,00</b>	<b>55</b>	<b>1800,00</b>	<b>55</b>	<b>1800,00</b>	<b>55</b>	<b>1800,00</b>	<b>55</b>	<b>1800,00</b>	

Indicadores Fixos

Ciclos Iniciais  
 Módulo aula: 40 minutos  
 Dias Letivos anuais: 200  
 Semanas Letivas: 40  
 Carga Horária anual: 800 horas  
 Duração do turno: 4 horas  
 Duração do recreio: 15 minutos

Oficinas:  
 Módulo: 50 minutos  
 Semanas letivas: 40  
 Carga Horária anual: 1000 horas  
 Duração do turno: 5 horas  
 Duração do recreio: 20 minutos

Funcionamento dos Turnos  
 Matutino: 07:15 às 12:15 horas  
 Vespertino: 11:30 às 16:30 horas

Legenda:  
 AS – Aulas  
 Semanas  
 CHA – Carga Horária Anual

Observações:

Lei 12.491/97 – Orientação Sexual integrada ao conteúdo de Ciências.  
 Lei 12.767/06 – Estudos sobre Direitos Humanos permeiam todos os conteúdos.  
 Lei 9.796/99 – Educação Ambiental integrada a todos os conteúdos, especialmente Geografia e Ciências.  
 Lei 13.411/06 – Estudos sobre dependência química e consequências do uso de drogas permeiam todos os conteúdos.  
 Lei 11.645/08 e SEE nº 1159/08 – História e Cultura Afro- Brasileira e dos povos indígenas brasileiros permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa.  
 Lei 11.529/07 e Res. SEE 1307/09 – Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa, Geografia e História.  
 Lei federal 11769/08 – Música: conteúdo obrigatório do ensino de Arte.  
 Serão tratados, permeando todo currículo, temas transversais relativos à saúde, vida familiar e social, direitos dos idosos, educação para consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, inclusão social, diversidade cultural, higiene bucal e educação alimentar e nutricional.

Iara Aparecida Amador Santos  
 Chefe do Departamento Municipal de Educação  
 Autorização nº 401123

Floreana de Melo C. Figueira  
 Diretora  
 Aut. 401219

M. M. M. M.  
 Membro do Conselho da comunidade Escolar  
 Cláudio 27 de Janeiro de 2014

Inspetora



## PLANO CURRICULAR

ENSINO FUNDAMENTAL – CICLOS INICIAIS

LDB 9394/96 de 20/12/96; ; Res SEE Nº 2197/201

**ESCOLA: Municipal Madre M<sup>a</sup> dos Anjos Amorim**

MUNICÍPIO: Cláudio - MG

ANO: 2014

Carimbo da SRE

**SRE - DIVINÓPOLIS**  
**CONFERIDO**

03/02/14

*Rafael* 10591683  
Assinatura MASP

Áreas de Conhecimento/Componentes Curriculares			Ciclo da alfabetização						Ciclo complementar			
			1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano	
			AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
Base Nacional Comum	Linguagens	Língua Portuguesa	6	192:00	6	192:00	6	192:00	6	192:00	6	192:00
		Arte	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00
		Educação Física	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00
		Matemática	6	192:00	6	192:00	6	192:00	6	192:00	6	192:00
		Ciências da Natureza	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00
	Ciências Humanas	História	2	64:00	2	64:00	2	64:00	2	64:00	2	64:00
		Geografia	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00
		Ensino Religioso	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00
	PD	Música	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00
		Literatura	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00
<b>Total</b>			<b>25</b>	<b>800:00</b>	<b>25</b>	<b>800:00</b>	<b>25</b>	<b>800:00</b>	<b>25</b>	<b>800:00</b>	<b>25</b>	<b>800:00</b>

<p><b>INDICADORES FIXOS</b></p> <p>Módulo aula: 48 minutos</p> <p>Duração do recreio: 15 minutos</p> <p>Duração do turno: 4:00 horas</p> <p>Nº de dias letivos anuais: 200</p> <p>Nº de semanas letivas anuais: 40</p> <p>Carga Horária Anual: 800 horas</p>	<p>Legenda:</p> <p>AS: Aulas Semanais</p> <p>CHA: Carga Horária Anual</p>
<p><b>Observações:</b></p> <p>Lei 12.491/97 – Orientação Sexual integrada ao conteúdo de Ciências.</p> <p>Lei 12.767/98 – Estudos sobre Direitos Humanos permeiam todos os conteúdos.</p> <p>Lei 9.795/99 – Educação Ambiental integrada aos conteúdos de Geografia e Ciências.</p> <p>Lei 13.411/99 – Estudos sobre dependência química e consequências do uso de drogas permeiam todos os conteúdos.</p> <p>Lei 11.645/08 e SEE nº 1159/08 – História e Cultura Afro - Brasileira e dos povos indígenas brasileiros permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa.</p> <p>Lei 11.525/07 e Res SEE 1307/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa, Geografia e História.</p> <p>Lei federal 11769/08 – Música - conteúdo obrigatório do ensino de Arte.</p> <p>Serão tratados, permeando todo currículo, temas transversais relativos à saúde, vida familiar e social, direitos dos idosos, educação para consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho e tecnologia, diversidade cultural, higiene bucal e educação alimentar e nutricional.</p>	
<p><i>Lara Aparecida Amorim Santos</i> Chefe do DME <b>Lara Aparecida Amorim Santos</b> Chefe do Departamento Municipal de Educação Autorização nº: 401123</p>	<p style="text-align: center;"><i>Floreana de Melo C. Rogueira</i> Diretora Aut. 401219</p> <p style="text-align: center;"><i>M. P. P. P.</i> Membro do Conselho Escolar</p> <p style="text-align: center;">Cláudio, 27 de Janeiro de 2014</p>